

«O ENSINO DA ANTROPOLOGIA»

LUIS MANUEL TEIXEIRA SOUTA

Prof. de Antropologia

Comunicação apresentada no 1.º Congresso de Antropologia Social e Cultural — Sintra 1981.

1 — *Introdução*

Já lá vai muito tempo desde o aparecimento de uma cadeira de Antropologia no ensino oficial, quando da criação da cátedra de «Antropologia e Arqueologia Pré - Histórica» incluída na antiga Faculdade de Filosofia Natural, da Universidade de Coimbra, e cuja regência estava a cargo de Bernardino Machado.

Porém, só nos últimos doze anos se registaram profundas alterações no ensino da Antropologia e em particular desde 1979.

Em Agosto de 1968 é criado, pela primeira vez em Portugal, um curso de Antropologia que concede o grau de licenciatura — o «Curso Complementar de Ciências Antropológicas», a funcionar no antigo Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, na Universidade Técnica de Lisboa. Neste curso apenas se podiam matricular pessoas habilitadas com cursos superiores de Administração Ultramarina, Medicina, Biologia e Belas - Artes. No ano seguinte o curso passou a designar-se «*Ciências Antropológicas e Etnológicas*» e a possibilidade de matrícula foi alargada a qualquer licenciado por Universidades portuguesas. O curso, que ainda hoje se mantém com a duração de dois anos, teve uma interrupção de três anos, de 1977 a 80, período em que o Instituto foi encerrado por alegada degradação pedagógica, nunca provada, pelo Ministério da Educação.

No primeiro ano de funcionamento matricularam-se 24 alunos tendo o seu número aumentado para 41 em 1973/74; a partir desta altura dá-se um crescimento significativo, chegando a 116 alunos inscritos em 1975/76. No entanto, as matrículas no 2.º ano do curso correspondem mais à realidade da frequência efectiva: elas variam entre 13 e 51 alunos, até 1977/78; tal como para o 1.º ano, o número de matriculados aumentou gradualmente desde 1973/74.

Presentemente, o número de licenciados em Antropologia, no nosso país, deve rondar os 150.

2 — *Curso de Antropologia*

Entretanto, em Janeiro de 1978, é criado o *Curso de Antropologia* na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da *Universidade Nova de Lisboa*, com uma estrutura completamente diferente do que era professado no I.S.C.S.P.. A licenciatura passa a ter a duração de 4 anos e deixa de ser um curso de pós-graduação, pois nele se podem matricular os alunos que tenham concluído o actual 12.º ano de escolaridade.

No ano lectivo transacto, o número de matriculados no 1.º ano era de 60 e de 70 no 2.º ano, sendo muito diminuto o número de alunos que frequentavam o 3.º ano.

Estamos, assim, perante uma situação quase surrealista: a existência de dois cursos superiores de Antropologia, ambos a funcionarem em Lisboa, quando não há razões objectivas que o justifiquem; nomeadamente o número de alunos inscritos — estes dois cursos são os únicos da Universidade onde o «*numerus clausus*», na prática, não chega a ser aplicado. Tão pouco o mercado de trabalho (ainda que definido) exige a existência de 2 cursos superiores. Mas será que a divulgação e o prestígio da Antropologia tem beneficiado com esta dualidade de cursos? É uma pergunta que fica em aberto.

3 — *As Cadeiras de Antropologia*

Paralelamente, têm as diversas Faculdades e Institutos da nossa Universidade criado *cadeiras de Antropologia* no âmbito dos seus cursos, com carácter de opção e mesmo em alguns em regime de obrigatoriedade. Assim, no E.S.B.A.L. há a cadeira de Antropologia da Arte no 5.º ano, no I.S.E.F. a Antropologia do Jogo e no I.S.C.T.E. — curso de Sociologia, na Faculdade de Letras de Lisboa — cursos de História, Psicologia e Geografia onde são ministradas cadeiras de Antropologia Cultural.

Também no I.S.P.A. e em certos cursos de Serviço Social aparece a cadeira de Antropologia no curriculum.

4 — *Ensino Médio*

Ao nível do *Ensino Médio*, há uma cadeira de Antropologia Cultural no 1.º ano das Escolas do Magistério Primário, pelo menos desde 1976. Mas o facto de os licenciados em História, Histórico - -Filosóficas, Sociologia e Geografia estarem em pé de igualdade com os licenciados de Antropologia no concurso de colocação de professores justifica o não haver mais de 3 antropólogos nestas escolas.

O trabalho desenvolvido neste nível de ensino tem revelado resultados muito positivos como o atesta, em termos de exemplo, a exposição realizada na Escola do Magistério Primário do Porto, em Julho de 1979, pelas alunos do 1.º ano, onde se podiam ver instrumentos de laboração tradicional, monografias e outros materiais do âmbito da Antropologia.

5 — *Antropologia Cultural*

Passo importante foi dado no ano lectivo de 1979/80 com a introdução da disciplina de Antropologia Cultural no curso Complementar do *Ensino Secundário*, mais concretamente no 10.º ano de escolaridade, área D — Estudos Humanísticos, para os alunos que optem, no âmbito da Formação Vocacional, pela área de Jornalismo e Turismo.

Esta disciplina, com 2 horas semanais não tem, no entanto, sequência no curriculum do 11.º e 12.º anos e a sua autonomia é limitada, pois, até agora, a classificação final é conjunta com a disciplina de Introdução ao Jornalismo.

O aparecimento da Antropologia Cultural no ensino secundário constitui uma medida muito positiva, mas alguns aspectos têm que ser reexaminados e algumas decisões terão que ser tomadas, de modo a que haja grande qualidade no ensino ministrado e que o mesmo venha a despertar o gosto dos alunos por esta ciência, de forma a assegurar também o futuro da Antropologia em Portugal.

Entre outras, destacamos as seguintes quatro questões:

5.1 — O programa de Antropologia Cultural não prima pela diversidade de perspectivas na análise antropológica, mostrando-se pouco aberto quando segue quase exclusivamente a escola culturalista americana, não revelando, assim, outras correntes antropológicas.

Os objectivos do programa, para além de incorrecções no domínio pedagógico, não estão claramente definidos e, para os alunos, não são muito claros.

Capítulos há que são muito «pobres», caso do 3.º — A Antropologia Cultural Portuguesa — que se resume a dois pontos: alguns aspectos históricos; os principais nomes da antropologia portuguesa. Creio que neste 2.º ponto a U.I.T.I. poderá dar o seu contributo, divulgando a obra de Eduíno Borges Garcia.

5.2 — Os alunos têm tido dificuldade em acompanhar a disciplina através de um estudo complementar, pela quase inexistência de manuais adequados à idade e formação dos alunos. No campo editorial há muito a fazer, nomeadamente na selecção de obras a publicar, apesar de últimamente se registar uma crescente saída de obras antropológicas traduzidas em português, o que não admira, pois, neste momento, o mercado de venda alargou-se bastante com a obrigatoriedade desta disciplina ao nível do secundário e com a existência de um já elevado número de alunos no ensino superior com a cadeira de Antropologia.

5.3 — O trabalho de Antropologia não se pode resumir às aulas dentro da escola e daí a necessidade de pôr à disposição dos alunos:

- Bibliotecas bem apetrechadas nos domínios da Antropologia, o que não é viável de se realizar na escola devido à inexistência desse tipo de bibliografia nas bibliotecas escolares tradicionais e à dificuldade que as escolas têm em conseguir verbas para a aquisição de livros:
- Museus etnográficos e/ou etnológicos que podem dar um contributo muito positivo, desde que não continuem fechados como o Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos e o Museu de Antropologia, no Restelo;
- Centros de documentação audio-visual, pois a este nível a falta é completa.

5.4 — Os professores que leccionam Antropologia Cultural no 10.º ano não têm, na sua maioria, formação específica em Antropologia, tendo sido, na generalidade, os professores de Geografia encarregues de a leccionar — o que nem sempre fazem com gosto, mas apenas por uma necessidade de complemento de horário,

pois o número de aulas de Antropologia não chega para formar um horário lectivo normal de 22 horas. Assim, levanta-se o problema da não existência, no ensino secundário, de um grupo próprio para leccionar Antropologia Cultural, sendo, neste momento, a contratação de professores de Antropologia feita na qualidade de Técnicos Especiais, que terão que ficar ou com horário reduzido ou entrar no regime de acumulação.

O princípio a estabelecer seria o da leccionação desta disciplina por licenciados em Antropologia, pois o seu número, apesar de reduzido, é suficiente neste momento para cobrir as necessidades existentes.

O cuidado a ter na forma como é ministrado o ensino da Antropologia Cultural no secundário deve ser preocupação de todos nós, pois assim se prova a sua importante contribuição para a formação integral dos alunos e as vantagens que daí advirão para a Antropologia em Portugal:

— Divulgação desta ciência social pelos alunos matriculados e, através destes, chegar também aos encarregados de educação;

— Maior número de alunos interessados em seguir os cursos de Antropologia a nível universitário;

— Maior produção antropológica, através do trabalho de campo a ser levado a cabo pelos alunos.

6 — *Os Estudos Sociais*

Também no *Ensino Preparatório* a Antropologia tem tido um campo de acção no âmbito da disciplina do 1.º ano — os Estudos Sociais — criada em 1975/76. O programa é bem claro ao definir os objectivos da disciplina: «o grande eixo deste estudo é baseado numa visão antropológica dos seres humanos como produtos da vida em sociedade» e ainda «é pelo conhecimento da comunidade de que fazem parte, que as crianças deverão iniciar o contacto com temas de Antropologia Social».

No entanto, o contributo dos licenciados em Antropologia para a disciplina de Estudos Sociais só foi reconhecido em 1979/80 quando se lhes possibilitou a entrada no 1.º escalão do 1.º grupo, permitindo assim o acesso aos estágios pedagógicos. Muitos licenciados em Antropologia frequentaram os estágios nesse ano lectivo e os resultados foram apreciáveis.

7 — *Formação de Professores*

Outro domínio onde recentemente foi reconhecido o contributo da Antropologia foi o da *formação de professores*. Assim, desde o ano lectivo transacto, os professores de História, na sua profissionalização em exercício, devem alargar a sua formação científica também aos domínios da Antropologia, tendo, para isso, que abordar o tema «Antropologia Cultural — noções operatórias». Mas, por estranho que pareça, este tema só aparece no ensino básico, sendo esquecido para os professores em formação no ensino secundário. Uma questão se levanta: a quem irão recorrer os professores para adquirirem essa noções operatórias?

Talvez a nós, que estamos de uma ou de outra maneira ligados à Antropologia, nos caiba um papel neste domínio.

Como exemplo desta ligação entre a Antropologia e a História refira-se o seminário, realizado no ISCTE a 20 e 21 de Novembro, sobre «Antropologia e História Local» e dinamizado por Robert Rowland e J. Pais de Brito, a que correspondeu uma grande participação dos professores de História do C.P.E.S./E.S..

8 — *Conclusões Propostas*

Como conclusões deste Congresso apresento as seguintes propostas:

- 1 — Seminários com professores de Antropologia de diversas escolas de ensino superior.
- 2 — Contactos com o MEU para definição de quem lecciona A - Cultural no 10.º ano de escolaridade.
- 3 — Introdução de Antropologia no curriculum do 12.º ano de escolaridade
- 4 — Ligação da Academia Eduíno Borges Garcia com os licenciados em Antropologia.